

## SER MÃE NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE A MATERNIDADE DURANTE A GRADUAÇÃO EM MEDICINA NO ESTADO DE SÃO PAULO

BEING A MOTHER IN UNIVERSITY: A STUDY ON MOTHERHOOD DURING MEDICAL GRADUATION IN THE STATE OF SÃO PAULO

SER MADRE EN LA UNIVERSIDAD: UN ESTUDIO SOBRE LA MATERNIDAD DURANTE LA GRADUACIÓN EN MEDICINA EN EL ESTADO DE SÃO PAULO

Jessica Corrêa Pantoja<sup>1</sup>  
Camila Melo de Freitas<sup>2</sup>

**RESUMO:** Apesar do crescente acesso feminino ao ensino superior, a exclusão educacional persiste como um desafio histórico. Ideias culturais arraigadas sobre o papel feminino como principal responsável pelos cuidados familiares e as demandas da maternidade têm sido fatores determinantes na sua exclusão no ambiente acadêmico. Este estudo transversal investigou os desafios enfrentados por mães universitárias, examinando uma amostra de 60 estudantes de Medicina em instituições localizadas no Estado de São Paulo. Predominantemente, os participantes são de etnia branca (81%), com uma minoria representativa de pardos (15%) e negros (4%). Uma parcela reduzida recebe auxílios financeiros, como bolsas de estudo ou financiamento (17%), principalmente em instituições privadas (96%). Embora apenas uma pequena porcentagem das alunas esteja grávida ou seja mãe durante a graduação, a maioria está ciente de alguém na mesma situação (64%). Entretanto, a maioria desconhece a existência da Licença Maternidade durante a graduação, e nenhuma das instituições oferece serviços de creche. A falta de suporte e conhecimento sobre a Licença Gestante durante a graduação reflete a persistência das disparidades de gênero nas escolas médicas, potencialmente impactando o cenário médico em geral. Isso ressalta a urgência de políticas que incentivem um ambiente inclusivo e forneçam o apoio necessário às mães estudantes.

6345

**Palavras-chave:** Desigualdade de gênero. Educação Médica. Estudante Universitário. Licença Maternidade. Maternidade.

**ABSTRACT:** Despite the increasing access of women to higher education, educational exclusion persists as a historical challenge. Deep-seated cultural ideas about the female role as the primary caregiver and the demands of motherhood have been determining factors in their exclusion from the academic environment. This cross-sectional study investigated the challenges faced by university mothers, examining a sample of 60 medical students at institutions located in the state of São Paulo. Predominantly, the participants are of white ethnicity (81%), with a representative minority of mixed-race (15%) and black (4%) individuals. A small portion receives financial assistance, such as scholarships or funding (17%), mainly in private institutions (96%). Although only a small percentage of female students are pregnant or mothers during graduation, the majority are aware of someone in the same situation (64%). However, most are unaware of the existence of maternity leave during graduation, and none of the institutions offer daycare services. The lack of support and knowledge about maternity leave during graduation reflects the persistence of gender disparities in medical schools, potentially impacting the overall medical landscape. This underscores the urgency of policies that promote an inclusive environment and provide necessary support to student mothers.

**Keywords:** Gender inequality. Medical education. University student. Maternity Leave. Motherhood.

<sup>1</sup>Sanitarista e Bacharela em Saúde pelo Centro Universitário Internacional. Especialista em Docência em Ciências da Saúde Faculdade Iguazu. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5714-7909>.

<sup>2</sup>Médica graduada pela Faculdade Pitágoras de Medicina de Eunápolis e Fisioterapia pelo Centro Universitário da Bahia. Especialista em Metodologias Ativas para Educação em Saúde. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3952-7398>.

**RESUMEN:** A pesar del creciente acceso de las mujeres a la educación superior, la exclusión educativa persiste como un desafío histórico. Las arraigadas ideas culturales sobre el papel femenino como principal responsable del cuidado familiar y las demandas de la maternidad han sido factores determinantes en su exclusión del entorno académico. Este estudio transversal investigó los desafíos enfrentados por las madres universitarias, examinando una muestra de 60 estudiantes de medicina en instituciones ubicadas en el estado de São Paulo. Predominantemente, los participantes son de etnia blanca (81%), con una minoría representativa de mestizos (15%) y negros (4%). Una pequeña porción recibe asistencia financiera, como becas o financiamiento (17%), principalmente en instituciones privadas (96%). Aunque solo un pequeño porcentaje de estudiantes mujeres están embarazadas o son madres durante la graduación, la mayoría está al tanto de alguien en la misma situación (64%). Sin embargo, la mayoría desconoce la existencia del permiso de maternidad durante la graduación, y ninguna de las instituciones ofrece servicios de guardería. La falta de apoyo y conocimiento sobre el permiso de maternidad durante la graduación refleja la persistencia de las disparidades de género en las escuelas de medicina, lo que podría afectar el panorama médico en general. Esto subraya la urgencia de políticas que promuevan un ambiente inclusivo y brinden el apoyo necesario a las madres estudiantes.

**Palabras clave:** Desigualdad de género. Educación médica. Estudiante universitario. Licencia por maternidad. Maternidad.

## INTRODUÇÃO

A trajetória da mulher no Ocidente se desenha como uma narrativa permeada pela luta incessante por igualdade de direitos e reconhecimento. As conquistas em direção à emancipação feminina foram paulatinamente moldadas pelo acesso à educação e pela conquista da independência financeira. A desvinculação progressiva da mulher do tradicional papel social de mãe e dona de casa se configura como um processo em andamento, ainda que marcado pelo persistente desafio da dupla jornada de trabalho (Pantoja, 2023).

Embora pesquisas indiquem que mulheres constituem a maioria nas Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente no ensino superior, a exclusão educacional que permeou cerca de 450 anos de história ainda é evidente. Badinter (1985) delineou a atual concepção cultural que situou a mulher como “cuidadora natural”, contribuindo para a criação de papéis sociais vinculados ao casamento e à maternidade. Esses discursos também facilitaram a naturalização do trabalho de cuidar, além das responsabilidades reprodutivas, fundamentando, assim, a exclusão das mulheres do ensino superior (Schienbinger, 2001; Souza e Kreutz, 2010). Como resultado, a maternidade ainda se configura como um obstáculo significativo para a educação feminina.

É essencial ressaltar o Movimento Feminista como o marco central da luta das mulheres pela igualdade de direitos. Sua emergência e consolidação se deram nas últimas décadas do século XIX, especialmente na Inglaterra, onde as sufragistas lideraram grandes manifestações em

Londres, enfrentaram prisões frequentes e recorreram à greve de fome como forma de protesto (Pinto, 2010; Schienbinger, 2001).

No âmbito da educação feminina, a ênfase histórica recaiu sobre a educação doméstica. No Brasil, o reconhecimento pleno do acesso das mulheres à instrução escolar só ocorreu após o período da Independência. No tocante ao ensino superior, os primeiros avanços se materializaram nos Estados Unidos em 1837, com a fundação de universidades exclusivamente femininas. No Brasil, por sua vez, o acesso das mulheres à educação universitária se concretizou apenas no final do século XIX (Ferreira, 2010).

Atualmente, estudos indicam que as mulheres constituem a maioria em todos os níveis de ensino no Brasil, inclusive no ensino superior, destacando-se especialmente no curso de medicina (Scheffer, 2023). Rosemberg (1994) analisa que, embora o sistema educacional brasileiro proporcione oportunidades equitativas de acesso e permanência no ensino superior para homens e mulheres, ainda assim os trata de maneiras distintas, refletindo um princípio de divisão sexual do trabalho. Associado a isso, persistem diversas demandas relacionadas aos múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, o que dificulta sua trajetória acadêmica devido ao acúmulo de responsabilidades (Pantoja, 2023; Schienbinger, 2001).

6347

No contexto das escolas médicas (EM), as estudantes ingressantes apresentam uma multiplicidade de perfis, incluindo mães, trabalhadoras, donas de casa e/ou esposas. Diante dessa diversidade de marcadores sociais, torna-se crucial uma reflexão aprofundada sobre as experiências e necessidades dessas mulheres, especialmente em relação à maternidade. A Lei nº 6.202/1975 assegura o direito à continuidade dos estudos durante a gestação e à licença-maternidade de quatro meses a partir do oitavo mês de gravidez (Brasil, 1975). Contudo, a falta de creches nas IES, bem como a ausência de familiares ou a escassez do suporte paterno, frequentemente visto como um ajudante, especialmente em cursos integrais, muitas vezes as deixam desamparadas.

Nesse contexto, com o objetivo de analisar o panorama local, foi realizado um estudo transversal de natureza quali-quantitativa, com delineamento descritivo e analítico, visando avaliar as questões centrais que permeiam a assistência às mães universitárias nas EM do Estado de São Paulo (SP).

## MÉTODOS

O estudo transversal, de natureza quali quantitativa, adotou uma abordagem descritiva e analítica para avaliar a manutenção da mãe universitária nas EM do Estado de SP. A pesquisa contou com a participação de 60 estudantes maiores de 18 anos, matriculados em cursos de medicina de IES reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), realizada no período de janeiro a junho de 2022.

Para garantir a ética da pesquisa, foi seguido o disposto na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Especificamente, a pesquisa foi conduzida sob os parâmetros que envolvem pesquisa de opinião pública com participantes não identificados, além da utilização de informações de acesso público, conforme a Lei nº 12.527/2011.

Os participantes completaram um questionário online utilizando a plataforma Microsoft Forms, que incluía perguntas fechadas, dicotômicas, de escolha única e abertas. Essa abordagem facilitou a coleta de dados de forma não intrusiva, sem afetar o processo de resposta. Antes da coleta, foi incorporado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) virtual, apresentando uma página explicativa sobre a pesquisa e solicitando autorização para a utilização dos dados.

6348

As questões abordaram aspectos cruciais para a retenção das estudantes mães durante o curso de medicina, considerando tanto as oportunidades oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) quanto a legislação relacionada à Licença Maternidade na graduação (Brasil, 1975). Conforme observado por Faleiros *et al.* (2016), o emprego de ambientes virtuais para a condução de pesquisas na área da saúde representa uma alternativa econômica, com rápida disseminação de informações e produção científica, superando obstáculos como as barreiras linguísticas e permitindo estudos comparativos internacionais. Adicionalmente, a realização de pesquisas online proporciona maior comodidade e praticidade aos participantes do estudo.

### Limitações e Reflexões

O presente estudo, embora tenha oferecido valiosas percepções sobre a permanência de mães que são estudantes nos cursos de medicina, demanda um reconhecimento atento das limitações inerentes à sua amostragem. A predominância de participantes de ascendência branca na amostra levanta preocupações relevantes sobre a potencial introdução de viés nos resultados, limitando, conseqüentemente, a generalização das conclusões para uma demografia mais ampla

e diversificada. Este cenário reflete uma lacuna que também é observada nas escolas médicas (Fredrich, Coelho e Sanches, 2022; Souza *et al.*, 2020).

Destaca-se que a carência de diversidade, ainda que não intencional, na amostra pode ocultar as barreiras específicas enfrentadas por mães. Ademais, os desafios associados a fatores socioeconômicos, culturais e estruturais não foram explorados em profundidade, devido à necessidade de concisão e ao foco em questões acadêmicas e consciência política no instrumento de coleta de dados.

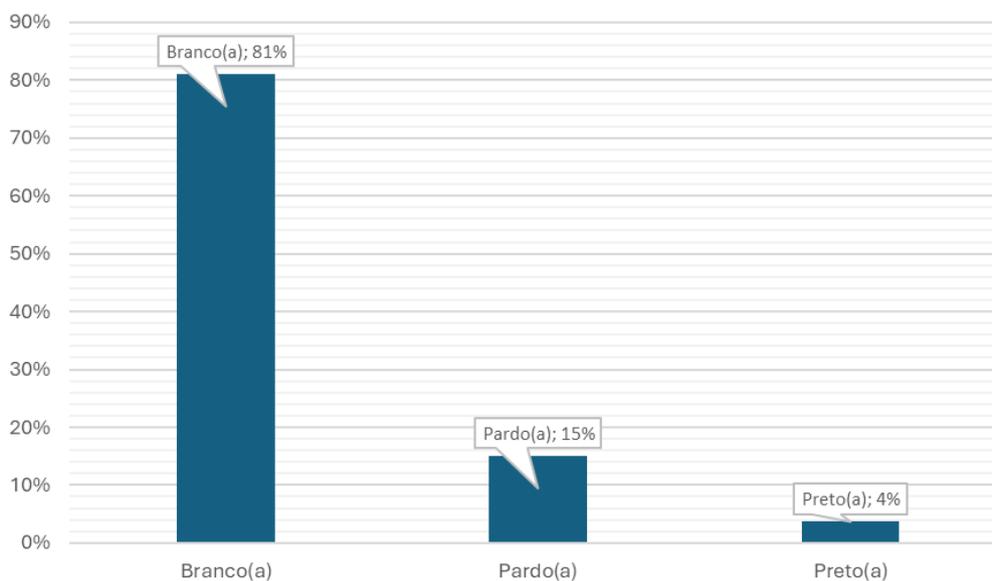
## RESULTADOS

Observa-se que a maioria dos participantes da pesquisa se encontra na faixa etária de 18 a 23 anos, representando 64% do total (n=35). Esse grupo etário configura a maior parcela dos entrevistados, denotando a predominância de jovens adultos na amostra. A faixa etária seguinte, de 24 a 29 anos, compreende 20% dos respondentes (n=11). Já a faixa etária entre 30 e 35 anos corresponde a cerca de 9% (n=5), enquanto as faixas etárias de 36 a 40 anos e acima de 40 anos são representadas por aproximadamente 4% para cada grupo (n=2).

Constata-se que a maioria dos participantes se identifica como mulher cisgênero, representando aproximadamente 90% do total da amostra (n=54). Essa constatação inicial sugere um cenário positivo em termos de representação feminina nas EM. No entanto, é importante destacar que a presença de participantes do sexo masculino cisgênero é significativamente menor, compreendendo aproximadamente 8,33% da amostra (n=5). Ressalta-se a ausência de participantes que se reconheçam como mulher transgênero, homem transgênero ou não-binário, enquanto uma pessoa optou por não divulgar sua identidade de gênero (1,67%).

Na análise da cor/raça dos participantes, é notável a predominância de indivíduos que se autodeclararam como brancos, compreendendo aproximadamente 81% do total da amostra (n=48). Em contrapartida, a representatividade de participantes pardos é substancialmente inferior, constituindo cerca de 15% (n=9) da amostra, seguida pela presença de participantes pretos, que totalizam aproximadamente 4% (n=3). Não foram identificados participantes que se autodeclararam como amarelos ou indígenas na amostra.

**Figura 1:** Cor/raça predominante dos alunos participantes.

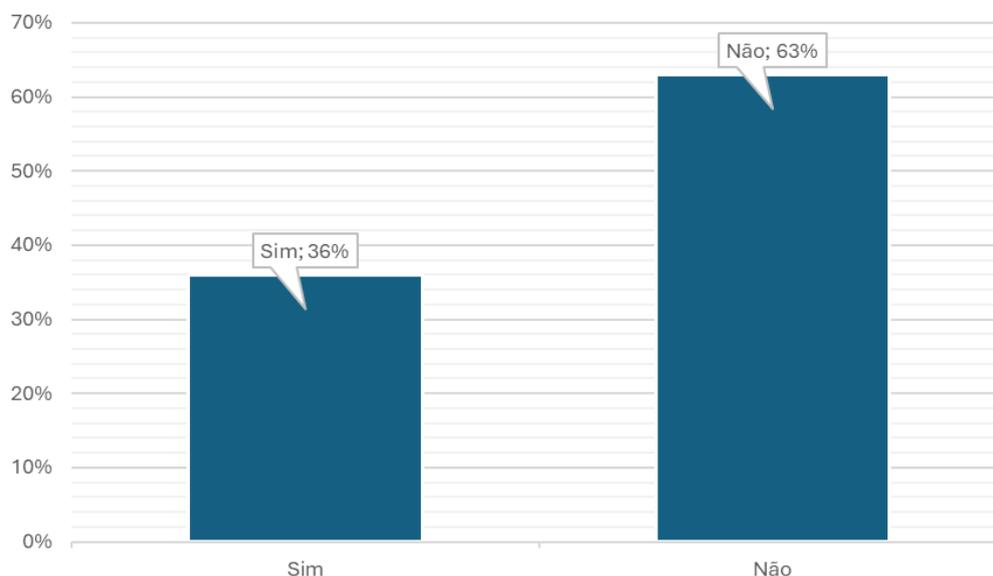


Fonte: Autoria própria (2024).

Ao analisar as IES frequentadas pelos participantes, destaca-se que a vasta maioria, aproximadamente 96,67% do total da amostra (n=58), provém de instituições privadas. Em contrapartida, apenas 3,33% dos entrevistados, totalizando 2 indivíduos, cursam medicina em universidades públicas. Em seguida, a investigação se aprofundou, indagando quantos participantes recebiam bolsas de estudo ou financiamentos específicos nas instituições privadas. Revelou-se que cerca de 17,24% (n=10) dos participantes usufruíam desses recursos, enquanto a maioria, aproximadamente 82,76% (n=48), indicou não necessitar desse suporte financeiro.

Nas questões relacionadas à gravidez entre as participantes do sexo feminino, incorporando uma questão sobre gestação ou experiência de maternidade durante o período de graduação. Os resultados revelaram que 4,08% das participantes (n=2) afirmaram ter vivenciado a maternidade durante a formação acadêmica, enquanto a maioria (95,92%, n=47) negou essa experiência. Além disso, a pesquisa indicou que 63,33% (n=38) dos participantes relataram conhecer alguém que teve filhos durante a graduação, enquanto 36,67% (n=22) não tinham conhecimento de tal situação.

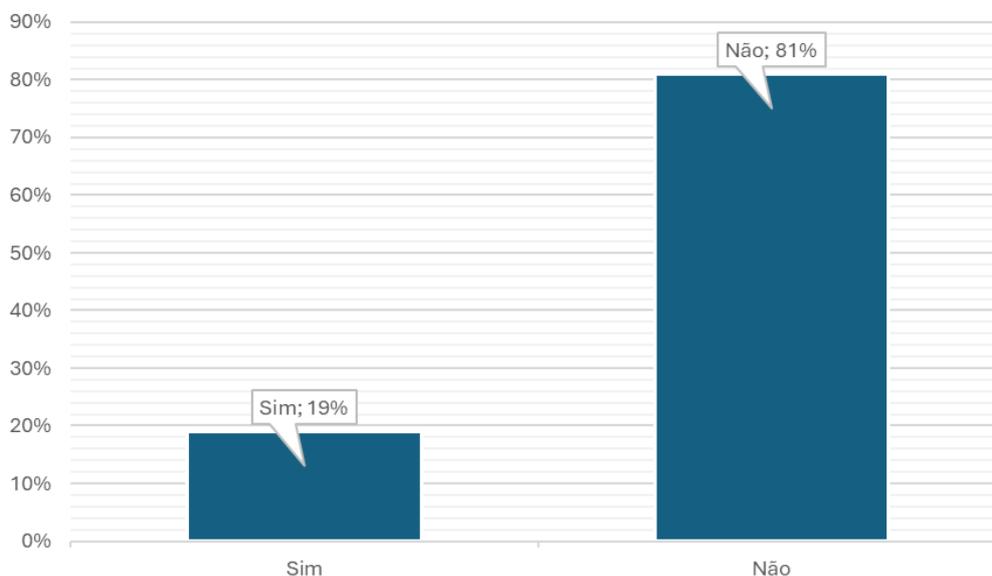
**Figura 2:** Conhecimento sobre pessoas que tiveram filhos.



Fonte: Autoria própria (2024).

No contexto da pesquisa sobre a conscientização em relação à Licença-Maternidade entre estudantes de graduação, os resultados revelam uma baixa familiaridade com o tema. Apenas cerca de 19% (n=11) dos participantes afirmaram ter ouvido falar, enquanto a maioria expressiva, aproximadamente 81% (n=49), indicou não ter conhecimento sobre essa possibilidade.

**Figura 3:** Conscientização sobre a Licença-Maternidade.

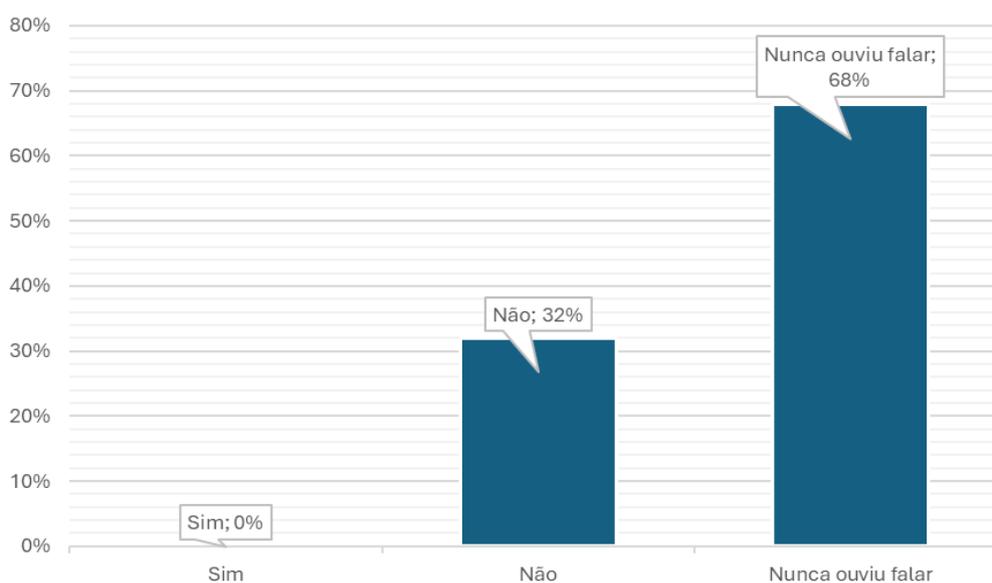


Fonte: Autoria própria (2024).

Dos participantes da pesquisa, nenhum indicou que suas universidades oferecem creche para auxiliar mães sem suporte para cuidar de seus filhos (0%, n=0). Cerca de 40% dos participantes relataram explicitamente a ausência desse recurso em suas IES (n=24), enquanto a maioria, totalizando aproximadamente 60% (n=36), afirmou nunca ter ouvido falar sobre a existência de creches nas universidades. Os dados destacam a falta de infraestrutura e apoio específico para as necessidades das mães estudantes, ressaltando a necessidade de sensibilização e ações para fornecer serviços adequados para crianças.

6352

**Figura 4:** Creches nas IES.



Fonte: Autoria própria (2024).

## DISCUSSÃO

Embora breve, o estudo possibilitou uma análise aprofundada de uma questão contemporânea e relevante, ainda pouco discutida: a dupla jornada feminina e a persistente atribuição do cuidado dos filhos majoritariamente às mulheres, enquanto a participação paterna é frequentemente vista como secundária ou complementar (Pantoja, 2023).

Os resultados indicaram que diversas instituições de ensino superior no estado de São Paulo, tanto públicas quanto privadas, estão defasadas. A pesquisa evidenciou que a maioria das participantes conhece alguém ou vivenciou a maternidade durante a graduação, em um contexto desafiador, tanto estrutural quanto culturalmente, especialmente em cursos de período integral. Embora as mulheres representem a maioria não apenas na amostra (90%), mas também conforme as projeções de Scheffer (2023), que antecipa um aumento na presença feminina na medicina até 2024, com uma previsão de 2,8% a mais do que o contingente masculino, ainda persistem as disparidades de gênero.

A persistente ideia de democracia racial continua a exercer influência sobre a estrutura social brasileira, inibindo discussões aprofundadas sobre as origens e a perpetuação das desigualdades (Freyre, 1969). Apesar de uma parcela significativa da população se autodeclarar como negra ou parda, profissões de prestígio, como a medicina, continuam sendo ocupadas majoritariamente por indivíduos brancos, de alta renda e pertencentes a classes sociais mais privilegiadas. Dessa forma, as faculdades de medicina, ao longo da história, têm contribuído para a manutenção das disparidades raciais e socioeconômicas (Fredrich *et al.*, 2022; Souza *et al.*, 2020). 6353

Embora os pardos (45,3%) e negros (10,2%) constituam a maioria da população brasileira, conforme dados do IBGE (2022), apenas 20% dos participantes da pesquisa se identificaram nessas categorias. A ausência de indígenas na amostra levanta questionamentos sobre a representatividade e permanência desses grupos nas instituições médicas<sup>3</sup>. Essa lacuna se torna ainda mais evidente ao examinar os dados relativos a bolsas e financiamentos, que foram solicitados por apenas 17% dos estudantes, principalmente em instituições de ensino privadas.

Outros dados relevantes do estudo apontam para a questão da maternidade nas EM, revelando que 4% das estudantes participantes são mães e 64% conhecem alguém que tem filhos.

---

<sup>3</sup>O ensino superior brasileiro tem uma longa história de exclusão de grupos minoritários, entre os quais se destacam os indígenas. No entanto, políticas de ação afirmativa seguem sendo implementadas, visando ampliar o acesso de indígenas aos cursos de medicina. No ano de 2019, 192 estudantes indígenas foram identificados em 43 escolas médicas, revelando desafios no acesso e na permanência nessas instituições (Luna, Teixeira e Lima, 2021).

No entanto, a pesquisa também evidenciou o desconhecimento sobre a Licença-Maternidade durante a graduação (19%), um direito fundamental vigente há cerca de cinco décadas. As creches universitárias, por sua vez, são praticamente inexistentes, especialmente em instituições privadas, em parte devido ao fato de que o auxílio-creche é um benefício restrito a alunos de instituições públicas. Contudo, mesmo em cursos integrais (17%), há alunas bolsistas ou com financiamento que enfrentam dificuldades para complementar sua renda com trabalho.

Além de impactar mães estudantes que enfrentam condições de saúde adversas, este fenômeno, enraizado em questões pós-coloniais, revela-se na disparidade de acesso aos serviços de saúde (Ristoff, 2016). Nesse contexto, a discrepância no atendimento, aliada ao machismo e à misoginia presentes nas instituições de ensino médico, colabora para a perpetuação de práticas discriminatórias, permeadas por estereótipos sexistas e de gênero (Brandao *et al.*, 2016; Rezende, 2009).

Essas ramificações são especialmente evidentes por meio da violência obstétrica, uma das manifestações mais visíveis dessa estrutura de poder, violência essa que se replica e se manifesta em um momento de extrema vulnerabilidade das mulheres, durante a gestação e o parto, violando os direitos e a dignidade tanto da parturiente quanto do nascituro (Leite *et al.*, 2022; Vilela, 2019). É crucial destacar que a incidência mais expressiva dessa forma de violência ocorre em instituições de saúde públicas, onde as usuárias são predominantemente mulheres negras e de baixa renda, evidenciando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social neste contexto (Lima, Pimentel e Lyra, 2021).

6354

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a maternidade no contexto da medicina, destacamos-me a escassez de dados e a falta de suporte adequado às mães durante esse período. Observamos-me que a maternidade ainda é vista como uma obrigação. Em um curso elitizado e conservador, percebemos que, apesar dos avanços, ele continua sendo excludente. A maternidade nesse ambiente reforça a percepção de que as mulheres devem conciliar responsabilidades maternas com as exigências acadêmicas, sem o devido suporte. Esse cenário é agravado pela ausência de políticas específicas de apoio. É evidente que as mães estudantes enfrentam desafios adicionais, como a falta de flexibilidade nos horários e a ausência de infraestruturas adequadas, especialmente nas instituições particulares, que não disponibilizam auxílio-creche.

Questiona-se, assim, persistência das desigualdades de gênero nas EM e a influência de um ambiente culturalmente hostil e predominantemente masculino como catalisador dessa problemática. Diante disso, torna-se visível a necessidade de uma transformação estrutural que contemple a criação de creches universitárias e a promoção de um ambiente acolhedor e de apoio às mães, garantindo o respeito aos direitos humanos e à diversidade. Ademais, é fundamental fomentar a cooperação e o diálogo direto com a instituição de ensino para assegurar um ambiente acadêmico mais inclusivo.

## CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

As autoras tiveram uma participação essencial em todas as fases do processo, desde a concepção e análise até a interpretação, redação e revisão crítica do conteúdo. Essa colaboração integral culminou na aprovação da versão final do trabalho.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRANDAO, C. S. R. *et al.* Profissionais da saúde e cultura machista. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, n. Supl 8, p. S277–S280, 2016. 6355

BRASIL. **Lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União**. Brasília, 17 abr. 1975.

FALEIROS, F. *et al.* Use of Virtual Questionnaire and Dissemination as a Data Collection Strategy in Scientific Studies. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 25, n. 4, 2016.

FERREIRA, N. B. da S. **Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. Conferência Internacional os Sete Saberes Necessários à Educação do Presente. Anais da Conferência Internacional sobre os Sete Saberes. **Anais**. Fortaleza: Ministério Público do Estado da Bahia, 2010

FREDRICH, V. C. R. *et al.* Percepção de racismo vivenciado por estudantes negros em cursos de Medicina no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, 2022.

FREDRICH, V. C. R.; COELHO, I. C. M.; SANCHES, L. da C. Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em Medicina. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, 2022.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEITE, T. H. *et al.* Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 483–491, fev. 2022.

LIMA, K. D. de; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. suppl 3, p. 4909–4918, out. 2021.

LUNA, W. F.; TEIXEIRA, K. C.; LIMA, G. K. de. Mapeamento e experiências de indígenas nas escolas médicas federais brasileiras: acesso e políticas de permanência. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.

PANTOJA, J. C. A representação sociocultural da maternidade: Uma análise no processo de construção do instinto e do mito do amor materno. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, p. e24712642259, 26 jun. 2023.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010.

REZENDE, J. M. de. O machismo na história do ensino médico. *Em: À sombra do Plátano: crônicas de história da medicina*. [s.l.] Editora Fap-Unifesp, 2009. p. 131–136.

RISTOFF, D. **Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da** 6356  
**graduação**. [s.l.] Cadernos do GEA, 2016.

ROSEMBERG, F. Educação e Gênero no Brasil. **Projeto História**, v. 11, nov. 1994.

SCHEFFER, M. **Demografia Médica no Brasil 2023**. São Paulo: FMUSP, AMB, 2023.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SOUZA, M. C. A. R. de; KREUTZ, L. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. **Conjectura: filosofia e educação**, v. 15, n. 3, p. 106–120, 2010.

SOUZA, P. G. A. de *et al.* Perfil Socioeconômico e Racial de Estudantes de Medicina em uma Universidade Pública do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 3, 2020.

VILELA, L. “Sociedade patriarcal reflete uma medicina obstétrica mais machista”, diz médica. **Brasil de Fato**, 2019.